

Itamaracá Transmissora SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 –
12º andar Itaim Bibi,
São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas da
Itamaracá Transmissora SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Itamaracá Transmissora SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itamaracá Transmissora SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Fomos contratados como auditores da Companhia para data-base 31 de dezembro de 2020, todavia não obtivemos evidências suficientes e apropriadas para corroborar a existência dos saldos em caixa, a totalidade dos litígios e reclamações envolvendo a Companhia e a apresentação e divulgação de informações por segmentos em conformidade com a estrutura de relatório financeiro, conforme previsto na NBC TA 510 (R1) – Trabalhos Iniciais - Saldos Iniciais. Também não nos foi possível por meios de outros procedimentos persuasivos de auditoria, concluir quanto a razoabilidade dos saldos de abertura das contas patrimoniais e de resultado, bem como avaliar qual o impacto, se houver, nos resultados apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de agosto de 2021



Thiago Benazzi Arteiro
CT CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e bancos	5	6.438	76
Contas a receber	6	92	-
Despesas antecipadas	7	40	69
		<u>6.570</u>	<u>145</u>
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento ativo imobilizado	8	2.324	-
Imobilizações em andamento	8	3.281	-
		<u>5.605</u>	<u>-</u>
		<u>12.175</u>	<u>145</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar	9	20	-
Impostos a recolher	10	188	-
Empréstimos e financiamentos	11	6.250	-
		<u>6.458</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	200	200
Adiantamento Futuro Aumento Capital	13	6.300	-
Prejuízos acumulados		(783)	(55)
		<u>5.717</u>	<u>145</u>
		<u>12.175</u>	<u>145</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.
CNPJ 29.774.606/0001-66

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas	14	(571)	(30)
Despesas Financeiras	14	(157)	-
		<u>(728)</u>	<u>(30)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL		<u>(728)</u>	<u>(30)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(728)</u>	<u>(30)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.
CNPJ 29.774.606/0001-66

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Despesas Financeiras	14 14	(571) (157) <u>(728)</u>	(30) - <u>(30)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL		<u>(728)</u>	<u>(30)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(728)</u>	<u>(30)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2018 (não auditado)	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>175</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>(55)</u>	<u>145</u>
Aportes Fram Capital	-	6.300	-	6.300
Prejuízo do exercício	-	-	(728)	(728)
Saldos em 31.12.2020	<u>200</u>	<u>6.300</u>	<u>(783)</u>	<u>5.717</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(em milhares de reais)

	2020	2019
		(não auditado)
<u>Das atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(728)	(30)
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(92)	-
Despesas pagas antecipadamente	(281)	27
Aumento nos passivos		
Contas a pagar	20	-
Impostos a recolher	188	-
Empréstimos e financiamentos	6.558	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	<u>5.666</u>	<u>(3)</u>
<u>Das atividades de investimentos</u>		
Aplicações no imobilizado	(5.605)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(5.605)</u>	<u>-</u>
<u>Das atividades de financiamento</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.300	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>6.300</u>	<u>-</u>
Aumento/ (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.362</u></u>	<u><u>(3)</u></u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	76	79
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.438</u>	<u>76</u>
Aumento/ (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.362</u></u>	<u><u>(3)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Itamaracá Transmissora SPE S.A. (“Itamaracá” ou “Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 26 de fevereiro de 2018 e está estabelecida na Capital do Estado de São Paulo à Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 143, 4º Andar, Sala A, Vila Nova Conceição. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2018 – ANEEL, de 08 de março de 2018 foi outorgada à Companhia a concessão de Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão da Linha LT 230 kV Pau Ferro – Fiat Seccionadora, no Estado de Pernambuco.

Conforme 2º aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2018 - ANEEL, datado de 20 de março de 2020, a contagem de prazo da concessão da Companhia terá início em 10 de fevereiro de 2021 tendo como data de necessidade julho de 2022 e data para entrada em operação comercial prorrogada para 10 de fevereiro de 2024.

A Concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 4.030 milhões – base mar/18) será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano e revisada em intervalos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão nº 011/2018 – ANEEL, e passará a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

A Companhia estima antecipar o início de suas operações comerciais para setembro de 2021, conforme projeto em andamento.

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme portaria Nº 079/SPE de 28 de fevereiro de 2020 do MEE.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

2. Impactos COVID 19

2.1. Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área de saúde.

2.2. Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

2.3. Impactos nas demonstrações contábeis

Considerando o estágio da disseminação do COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- Adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- Monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- Substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- Campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- Reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- Fornecimento de álcool gel de bolso, máscaras e luvas para colaboradores;
- Fixação de dispenser de álcool gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- Fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de dezembro.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), em consonância com a Lei das S.A. e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As principais práticas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 9 de agosto de 2021.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.4.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a esta estimativa e premissa incluem:

- (i) Critério de apuração e demonstração do ativo imobilizado; vide Nota Explicativa nº 8.

3.5. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos declarados para portfólio e o funcionamento destas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxas de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda de ativos;
- Como desempenho de carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores da Companhia são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais contratados; e

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se os ativos financeiros contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja destinado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.7. Impostos e contribuições

Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00%;

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados pelo regime do lucro presumido.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. São classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades e contas a pagar a fornecedores.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes Interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes	<u>6.438</u>	<u>76</u>

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes são compostos por depósitos bancários, com liquidez imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a fornecedores	75	-
Partes relacionadas - C/C Fram Capital	<u>17</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>92</u>	<u>-</u>

As contas a receber constantes do balanço patrimonial, tais como adiantamento a fornecedores e partes relacionadas – C/C Fram Capital representam valores a maior a receber por fornecimento de bens e serviços e demais créditos oriundos de outras transações.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

7. Despesas pagas antecipadamente

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prêmios de seguros a apropriar	40	69
Saldo final	<u>40</u>	<u>69</u>

As contas relativas a despesas pagas antecipadamente constantes do balanço patrimonial, tais como prêmios de seguros e juros a apropriar representam respectivamente despesas a apropriar relativas a contratação de seguro garantia ANEEL, firmado para garantir a conclusão do empreendimento - Garantia de Fiel Cumprimento e juros decorrente da contratação de empréstimo/financiamento de curto prazo.

8. Imobilizado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos	2.324	-
Imobilizações em andamento	3.281	-
Saldo final	<u>5.605</u>	<u>-</u>

O imobilizado em andamento é constituído pelo custo do projeto, aquisições de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos, bem como adiantamentos relacionados as contratações que irão compor a linha de transmissão em construção pela Companhia.

A Companhia não adotou o CPC 47 / IFRS 15, em vigor à partir de 1º de janeiro de 2018, uma vez que a contagem do prazo de 30 anos da concessão da Companhia terá início em 10 de fevereiro de 2021, conforme 2º aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2018 – ANEEL de 20 de março de 2020, entendendo que o direito à contraprestação por bens e serviços de desempenho e não somente a passagem do tempo, enquadrarão a Companhia nesta norma à partir do início do prazo de concessão contratual. Com isso, as contraprestações passarão a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passarão então a ser mensuradas da seguinte forma:

Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção será reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizará um modelo que apurará o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) será definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

9. Contas a pagar

Abrange o fornecimento de serviços, compreendendo as obrigações exigíveis até o término do exercício.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a pagar	<u>20</u>	<u>-</u>

10. Impostos a recolher

Representa impostos retidos relativos ao fornecimento de bens e serviços apurados até o término do exercício, tais como CSRF a Recolher (R\$ 26 mil), IRRF a Recolher (R\$ 40 mil), ISS a Recolher (R\$ 86 mil) e INSS a Recolher (R\$ 36 mil), totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 188 mil.

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). O financiamento com o MONEY PLUS SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA será liquidado em 05 (cinco) parcelas de igual valor, com primeiro vencimento em 22/06/2021 e último vencimento em 22/10/2021 conforme detalhamento abaixo e está sendo demonstrado na data do encerramento dos balanços considerando o prazo de pagamento de curto prazo.

Data de emissão	Data de vencimento	Valor do Crédito Tomado	Custo de Emissão	Valor Líquido	Forma dos Encargos Financeiros	Taxa de Juros Efetiva	Custo Efetivo Total (CET)	Valor das parcelas
22/12/2020	22/10/2021	6.250	156	6.094	Pré-fixado	7,5% a.a.	11,7% a.a.	1.312

12. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro 2020 e 2019 é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representados por 200.000 mil ações ordinárias sem valor nominal pertencentes ao acionista FRAM CAPITAL MARAPÉ FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA.

ITAMARACÁ TRANSMISSORA SPE S.A.

CNPJ 29.774.606/0001-66

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

13. AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

Através de 3 (três) transferências bancárias realizadas nos dias 24 de julho de 2020, 04 de agosto de 2020 e 04 de novembro de 2020 a acionista FRAM CAPITAL MARAPÉ FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA, aportou na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), para o qual atribuíram caráter irretratável e irrevogável.

14. Despesas operacionais

As despesas administrativas representam a totalidade dos gastos no exercício com serviços tomados de terceiros, tais como honorários de advogados, serviços contábeis e serviços de gestão projetos. As despesas financeiras representam a totalidade dos gastos com tarifas bancárias e custo de emissão de crédito bancário tomado, conforme Nota Explicativa nº 11.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Administrativas	571	30
Despesas financeiras	157	-
Saldo final	<u>728</u>	<u>30</u>

15. Demandas judiciais

A Companhia não figura como parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

16. Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2021 teve início a contagem de prazo dos 30 anos concessão, em consonância com o 2º aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2018 – ANEEL de 20 de março de 2020.

Em 22 de fevereiro de 2021 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais) com emissão de 6.100.000 (seis milhões e cem mil) ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao acionista FRAM CAPITAL MARAPÉ FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA.

Em 09 de agosto de 2021 a Cia. encontra-se em fase de conclusão do projeto de desenvolvimento da infraestrutura para operação da linha de transmissão LT 230 kV Pau Ferro – Fiat Seccionadora, cuja estimativa para início das operações comerciais é setembro de 2021.

Julia Gil Gonzalez
Diretora Financeira

Aurelio Gregio Barbosa
Contador – CRC 1SP205560/O-8